

ANO E SEMESTRE
2025 – 1

PROFESSOR(ES)					
ROBERTO LUIZ SILVA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIR871					
TEMA					
TEMAS DE DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO					
SUBTEMA					
Jurisprudência Européia					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quarta-feira	19:00	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	

EMENTA
Direito da União Européia: direito primário e secundário; princípios fundamentais; sistema de solução de controvérsias. Tribunal de Justiça e Tribunal Geral: natureza; jurisdição; composição; autoridade de sua jurisprudência. Análise dos principais julgados: Van Gend en Loos (26/62); Costa-ENEL (6/64); ERTA/AETR (22/70); Kadi (315/01); Meta/Google (131/12); Achmea (284/16).

BIBLIOGRAFIA
<p>CHALMERS Damian. et all. European Union Law: Cases and Materials. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.</p> <p>CRAIG, Paul. DE BÚRCA, Gráinne. EU Law: Text, Cases, and Materials. Oxford: Oxford University Press, 2011.</p> <p>CONTARSE, Cristina. Achmea and Opinion 117 Why do intra and extra-EU bilateral investment treaties impact differently on the EU legal order. In _____. ECB Legal Working Paper Series, nº 19, October 2019, pp. 7-19.</p> <p>DAVIES, Bill. Acceptance of Van Gend & Loos and Costa ENEL. In _____. Journal of European Integration History, vol. 14, nº 2, 2008, pp. 57-76.</p> <p>HINDELANG, Steffen. The Limited Immediate Effects of CJEU's Achmea Judgement. In _____. VerfBlog, 2018, p. 1-6. (Vb, 2018)</p> <p>HORSPOOL, Margot. HUMPHREYS, Matthew. European Union law (2012).</p> <p>LAVRANOS, Nikolaus. The Impact of the Kadi Judgment on the International Obligations of the EC Member States and the EC. Florence: European University Institute, 2009.</p> <p>MANGOLD, Anna Katharina. Costa v ENEL (1964): On the Importance of Contemporary Legal History. Europa-Universität Flensburg, 2011.</p> <p>SILVA, Roberto Luiz. Direito comunitário e da integração. Porto Alegre: Síntese, 1999.</p> <p>VAUCHEZ, Antoine. The transnational politics of judicialization Van Gend en Loos and the making of EU polity. In _____. European Law Journal, col. 16, nº 1, January 2010, pp. 1-28.</p>



VERELLEN, Thomas. The ERTA Doctrine in the Post-Lisbon Era. In _____. **Columbia Journal of European Law**, vol. 21, nº 2, 2015, pp. 383-410.

VITZTHUM, Nikolas Graf. Les compétences législatives et juridictionnelles de la Communauté Européenne dans la lutte contre le terrorisme. **Zeitschrift für europarechtliche Studien – ZEuS, Heft 3**, 2008, pp. 380-429.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Estatuto do Tribunal de Justiça da União Européia – TJUE

Tratado da União Européia - Versão Consolidada (01.03.2020)

TFUE - Versão Consolidada (01.03.2020)

https://european-union.europa.eu/index_pt

https://curia.europa.eu/jcms/jcms/i_6/pt/

https://e-justice.europa.eu/content_eu_case_law-12-pt.do

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Aulas ministradas na SALA DO GEDI (Sala 1407 – Prédio I)

